



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE PEDAGOGIA
9º PERÍODO – NOTURNO – TURMA PN21_ B01**

ATA DO SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DO TCC

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (20/06/2025), precisamente às 19 horas, na sala da pós-graduação, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB, localizado à Avenida da Amizade, 74 Centro, no município de Tabatinga/Am, em consonância com o que diz o Projeto Político Pedagógico - Regulamento do TCC (Curso de Pedagogia), Art. 16º. "Os Seminários de Socialização são de caráter público", reuniram-se os acadêmicos do Curso de Pedagogia – 9º período - Noturno, turma PN21_ B01, para o Seminário de Socialização da Monografia/Artigo – TCC intitulado **"Alfabetização indígena no Brasil: revisão de escopo"** elaborado pela Acadêmica Josilene Peres Rocha sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Alves Gomes e coorientação da Profa. Dra. Rosângela Fernandes da Silva foi avaliado pelos professores Profa. Dra. Rosi Meri B. Jankauskas (Av.1) Prof. Dr. Sebastião de Sousa Rocha (Av.2), e, Profa. Dra. Ildete Freitas Costa Londono Gomes (Av.3), que fazem parte da comissão de avaliação conforme composição transcrita abaixo, bem como a avaliação final da apresentação.

ACADÊMICA	NOTAS DOS AVALIADORES			Nota final
	Aval. 1	Aval. 2	Aval. 3	
Josilene Peres Rocha	10	10	9	9,7

Josilene Peres Rocha

Josilene Peres Rocha
Acadêmica

Avaliador- 1 Profa. Dra. Rosi Meri B. Jankauskas

Documento assinado digitalmente

gov.br

SEBASTIAO ROCHA DE SOUSA

Data: 27/06/2025 19:13:00 0300

Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Avaliador -

locha

Ildete Freitas C. L. D. Gomes

Avaliador – 3 Profa. Dra. Ildete Freitas Costa Londono Gomes

ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO

Josilene Peres Rocha¹

Fábio Alves Gomes²

Rosângela Fernandes da Silva³

RESUMO

A alfabetização indígena no Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais, marcados pelo apagamento das línguas indígenas e imposição do português, além da falta de materiais didáticos contextualizados e formação docente inadequada. Este estudo realizou uma revisão de escopo da literatura científica sobre o tema, seguindo o protocolo PRISMA-ScR, com base na estratégia População (indígenas), Conceito (alfabetização e letramento) e Contexto (escola). Foram consultadas bases como Periódicos CAPES, SciELO, Google Scholar e BDTD, incluindo estudos empíricos publicados entre 2014 e 2024. Dos 243 estudos identificados, apenas seis atenderam aos critérios de elegibilidade, destacando-se pesquisas qualitativas e etnográficas. Os resultados revelam lacunas como a escassez de estudos longitudinais, a sub-representação de etnias e regiões e a necessidade de sistematização das línguas indígenas. Conclui-se que políticas públicas mais assertivas, formação docente específica e pesquisas interdisciplinares, e sobretudo, financiamento de estudos interdisciplinares que reúna linguistas, pedagogos e antropólogos são essenciais para avançar na efetivação do direito à educação bilíngue e intercultural.

Palavras-chave: alfabetização indígena, bilinguismo, interculturalidade, políticas educacionais, revisão de escopo.

ABSTRACT

Indigenous literacy in Brazil faces historical and structural challenges, characterized by the erasure of indigenous languages, imposition of Portuguese, and lack of contextually relevant teaching materials and inadequate teacher training. This study conducted a scope review of scientific literature on the subject, following the PRISMA-ScR protocol, based on the Population (indigenous), Concept (literacy and literacy practices), and Context (school) strategy. Sources consulted included CAPES Journals, SciELO, Google Scholar, and BDTD, encompassing empirical studies published between 2014 and 2024. Out of 243 studies identified, only six met eligibility criteria, highlighting qualitative and ethnographic research. Findings reveal gaps such as the scarcity of longitudinal studies, underrepresentation of ethnic groups and regions, and the need for systematic approaches to indigenous languages. It is concluded that more effective public policies, specific teacher training, interdisciplinary research, and particularly funding for interdisciplinary studies involving linguists, educators, and anthropologists are essential to advance the realization of the right to bilingual and intercultural education.

Keywords: indigenous literacy, bilingualism, interculturality, educational policies, scope review.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia. E-mail: jpr.ped21@uea.edu.br

² Doutor em Educação: Psicologia da Educação, Mestre em Educação, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: fbgomes@uea.edu.br

³ Doutora em Educação na Região Amazônica, Mestra em Educação, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: rosangelafernandesdasilva16@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).

Reconhecemos os avanços no campo da alfabetização indígena em termos de direitos assegurados desde o fim da ditadura civil-militar com retomada da reorganização das instituições, em que as universidades públicas fomentam junto à sociedade civil organizada, conjugando esforços para efetivação do direito à educação indígena. Na direção de uma reparação histórica da colonização exploratória e seus impactos de mais de quatro séculos de negação de direitos humanos aos nossos ancestrais, dentre outras violências, ressaltamos aqui a eliminação de milhares de línguas orais indígenas.

Considerando os avanços, para a época, cria-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS, Brasil, 1999) que reconhecem a importância do eixo da oralidade, entretanto, põem no centro do ensino a língua oficial portuguesa, alijando as línguas étnicas orais das relações de ensino. O reconhecimento da língua oral, como objeto de ensino, está previsto no Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena (RCNEI, Brasil, 1998), incorporando a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, Brasil, 1996) em seu art. 78 que expressa o direito dos povos indígenas à educação escolar bilíngue intercultural como mecanismo de: recuperar a memória, os saberes, a identidade, por meio da valorização da língua permitindo acesso ao conhecimento técnico e científico da sociedade nacional, bem como, das sociedades indígenas.

Quase trinta anos depois da criação do RCNEI se impõem uma questão: aumento os anos de escolaridade, o acesso, a permanência, a valorização da língua oral de cada povo, contudo, o domínio da língua portuguesa oficial, inclusive para escrever a língua oral, permanece o maior obstáculo para crianças e jovens indígenas ao longo da trajetória escolar e assim o pleno exercício da cidadania.

Dado empírico suscita um enfrentamento histórico quanto à qualidade das relações de ensino no interior da escola, desafiando a superação da hiperespecialização da formação acadêmica, num encerramento disciplinar para integrar diferentes profissionais em torno da pesquisa científica, convergindo para o trabalho coletivo de antropólogos, linguistas e pedagogos de indígena e não indígenas possam delinear a efetivação do direito à educação, em especial, a alfabetização.

Mediante ao exposto, o objetivo da pesquisa foi produzir uma revisão de escopo da literatura científica sobre as pesquisas empíricas de alfabetização indígena bilíngue no Brasil.

Assim, revisar os estudos produzidos contribui para o conhecimento acerca do tema, permitindo fornecer subsídios relevantes para orientar políticas públicas por meio de programas educacionais, experiências pedagógicas relacionadas ao campo da alfabetização.

MÉTODO

Delineamento do estudo

Trata-se de uma revisão de escopo da literatura científica (Peters et al., 2020), cujo objetivo foi explicitar os estudos científicos nacionais sobre a alfabetização indígena no Brasil, conduzida com base no referencial metodológico desenvolvido pelo *Joanna Briggs Institute* (JBI) e no protocolo de verificação PRISMA-ScR. O estudo foi registrado no *Open Science Framework* com identificação DOI 10.17605/OSF.IO/WX5QT.

Foi utilizada a estratégia População, Conceito e Contexto (PCC) para determinar a produção das informações, elencando-se os indígenas como *População*; alfabetização e letramento como o *Conceito*; e escola o *Contexto*. Estes também foram utilizados como descritores para responder à questão norteadora da pesquisa: “O que revelam os estudos empíricos sobre alfabetização indígena no Brasil?”. O operador booleano escolhido para a busca foi: alfabetização indígena OR letramento indígena OR literacia indígena AND “letramento” OR “letramento decolonial indígena” OR “alfabetização bilíngue”

Para responder à pergunta norteadora desta revisão, foram definidos como objetivos específicos (1) Produzir um panorama dos estudos realizados quanto à prevalência por região, tipo de pesquisa, principais enfoques metodológicos e principais achados da pesquisa; (2) Identificar as principais lacunas existentes na produção científica sobre o processo de alfabetização indígena no Brasil; (3) Analisar como o processo de alfabetização indígena é tratado nos estudos elegidos; e (4) Identificar estratégias para a promoção e desenvolvimento do campo de estudos da alfabetização indígena no Brasil.

Estratégias de busca

As buscas foram realizadas no mês de maio de 2025 no Periódicos Capes. Foram realizadas, também, no Scielo Brasil e no *Education Resources Informations Center* (ERIC), porém sem resultados evocados. A literatura cinzenta foi recuperada de três fontes: Google Scholar, Oasis Brasil, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Seleção de estudos e critérios de elegibilidade

Como critérios de elegibilidade desta revisão de escopo, estabelecemos: estudos completos, publicados nos últimos 10 anos (2014-2024), de natureza empírica, realizados no Brasil e disponibilizados em língua portuguesa, tendo como objeto de estudo o processo de alfabetização de indígenas brasileiros.

Quanto ao tipo de estudo, foram eleitas pesquisas primária, empíricas, quantitativas e qualitativas, de qualquer desenho ou metodologia. Foram excluídas cartas ao editor, resumos em anais de congresso, artigos incompletos, estudos linguísticos que não tenham como objeto de investigação a alfabetização de indígenas, estudos em fase de projeto ou sem resultados.

Os resultados obtidos nas bases de dados foram exportados para o gerenciador de referências *Rayyan*®, desenvolvido pelo *Qatar Computing Research Institute* (QCRI), para remoção de duplicatas, seleção e triagem dos estudos por dois pesquisadores, independentemente, sendo as divergências resolvidas com a participação de um terceiro examinador. A primeira fase compreendeu a leitura do título e resumo. Os estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade foram analisados na segunda fase pela leitura dos manuscritos completos.

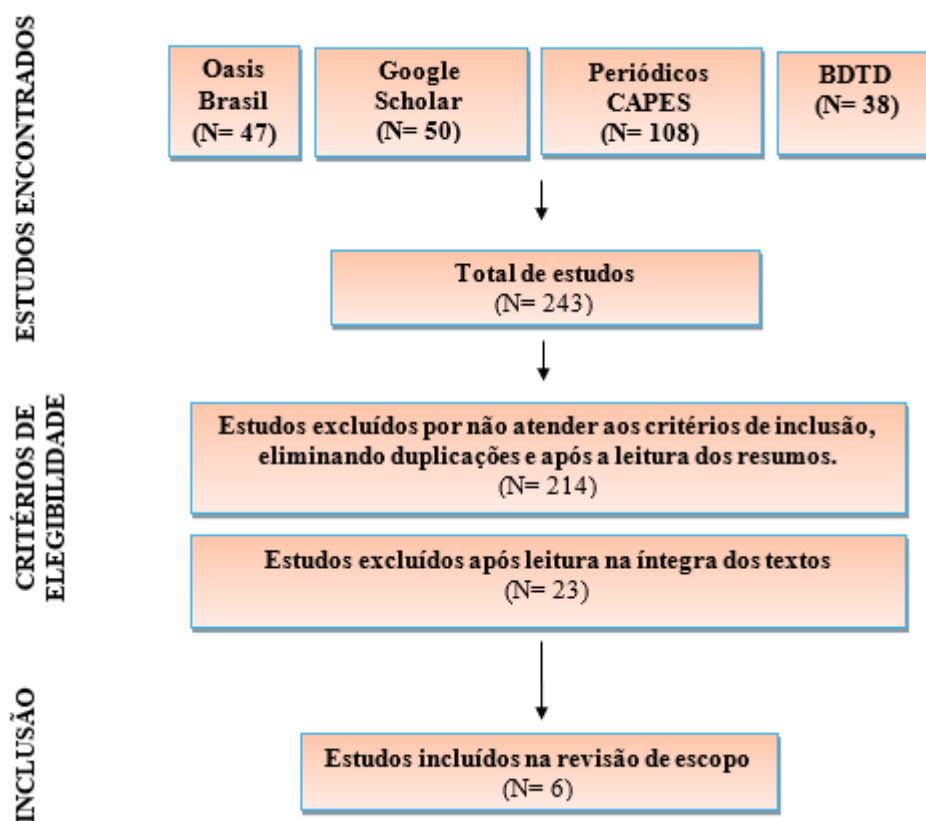
Os dados foram extraídos independentemente por dois revisores, utilizando planilhas do *Microsoft Excel*®. As informações foram confirmadas pelo terceiro revisor, e divergências e dúvidas foram resolvidas em discussões até que se alcançasse um consenso entre os autores. O mapeamento das informações foi baseado na ferramenta JBI para caracterizar as produções. A tabela de extração incluiu autoria, periódico de publicação, ano de publicação, objetivos, procedimentos metodológicos, e principais resultados em relação aos processos de alfabetização indígena.

A síntese dos dados foi conduzida por meio da técnica de Análise Temática (Braun; Clarke, 2006), dado que este procedimento se caracteriza por sua flexibilidade e sistematicidade, o que permite a construção de eixos analíticos (temas) que são coerentes e consistentes com os objetivos delineados na revisão de escopo. Assim, a escolha da Análise Temática alinha-se com a necessidade de uma abordagem metodológica rigorosa que, ao mesmo tempo, preserve a flexibilidade necessária para interpretar de maneira abrangente e pertinente os dados produzidos.

RESULTADOS

O fluxograma abaixo descreve de forma sistemática o processo de identificação, triagem e seleção dos estudos incluídos nesta revisão de escopo, seguindo as recomendações metodológicas para garantir a fidedignidade e reprodutibilidade do estudo (Peters et al., 2020).

Figura 1: Etapas de identificação e seleção do acervo



Fonte: De autoria própria das autoras (2025)

Foram recuperados 243 estudos potenciais, distribuídos entre as seguintes fontes: BDTD (n = 38), Periódicos CAPES (n = 108), Google Scholar (n = 50) e Oasis Brasil (n = 47). A diversidade de bases de dados consultadas assegurou uma busca abrangente, reduzindo o risco de viés de seleção (Tricco et al., 2018).

Na etapa inicial de triagem, 214 estudos foram excluídos devido à inadequação aos critérios de inclusão, duplicações ou análise preliminar dos resumos. Essa fase, que resultou na eliminação de aproximadamente 88% dos registros iniciais, está em consonância com as práticas recomendadas para revisões de escopo bem conduzidas, nas quais a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão é essencial para manter o foco da investigação (Arksey & O'Malley, 2005).

Posteriormente, após a leitura integral, outros 23 estudos foram excluídos, totalizando 237 exclusões. Essa etapa refinada assegurou que apenas pesquisas metodologicamente robustas e alinhadas aos objetivos da revisão fossem consideradas. Ao final do processo, apenas seis estudos atenderam a todos os critérios de elegibilidade. Embora esse número possa parecer reduzido, ele reflete um recorte preciso e focado do tema.

Dessa forma, os estudos selecionados abordam pesquisas com enfoque no processo de alfabetização de crianças indígenas em espaços urbanos e em comunidades étnicas, destacando a necessidade de políticas públicas mais assertivas para garantir a efetivação do direito à educação dos povos indígenas, tanto no que se refere à apropriação da escrita da língua oficial portuguesa quanto à possibilidade de sistematização da língua materna dos povos indígenas falantes.

Tabela 1: Estudos incluídos para revisão de escopo

ANO	AUTOR	OBJETIVO	TÍTULO	MÉTODO	PRINCIPAIS RESULTADOS
2015	MENEZES, Maria Christine Berdusco; FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini	Apresentar aspectos do projeto de alfabetização bilíngue implementado no Brasil e como esta vem ocorrendo com os povos Kaingang na região do Vale do Ivaí, no Paraná, com crianças do Ensino Fundamental.	Alfabetização e Aprendizagem da Língua Materna como Língua Estrangeira em Escolas Indígenas no Paraná	Pesquisa bibliográfica empírica	[...] perceber que o ensino da língua materna indígena, mesmo entre crianças monolíngues em kaingang, entra no currículo como ensino de língua estrangeira, o que pode comprometer seriamente a aprendizagem, alfabetização, tanto da língua indígena como da língua portuguesa.
2017	MUNDOCO, Rosiléia de Oliveira	A presente pesquisa teve como objeto de estudo o bilinguismo e sua contribuição para a reafirmação da etnocultura na educação escolar da aldeia indígena Tekrejarõtire.	O bilinguismo como elemento de reafirmação da etnocultura na educação escolar da aldeia indígena Tekrejarõtire	Pesquisa descritivo-exploratória de cunho qualitativo foram pautados em análise documental, questionários, entrevistas, conversas e observação.	Destacamos a língua nativa, que acaba tendo que concorrer com a língua portuguesa, necessária para os mesmos para atender aos seus anseios e necessidades de interação com a sociedade externa à aldeia. [...] é necessário que sejam feitos ajustes para que não ocorra o sobrepujamento da língua nativa a partir do processo de alfabetização em Língua Portuguesa.
2018	GONÇALVES, Augusto Garcia	O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar a situação sociolinguística e educacional do povo Baniwa e Coripako, considerando o período inicial de escolarização e os processos de alfabetização e letramento desse período.	Processos de alfabetização e letramento na educação escolar indígena Baniwa e Coripako	Pesquisa com base na Etnografia, Sociolinguística, Letramento e métodos de alfabetização.	É necessário propor mudanças nos sistemas educacionais no Rio Içana, aplicando o ensino bilíngue e multilíngue, escrevendo histórias da região, produzindo material didático a partir dos trabalhos feitos com alunos. [...] faltam políticas para o reconhecimento de reconhecimento do diferente e da diversidade.
2019	LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas	O objetivo foi analisar como os saberes indígenas são abordados nas práticas pedagógicas no âmbito do projeto "Ação Saberes Indígenas na Escola – ASIE" - UFAM.	Ação saberes indígenas na escola: alfabetização e letramento com conhecimentos indígenas?	Pesquisa etnográfica com análise de documentos (planos, relatórios, materiais didáticos) e as teorias de interculturalidade	Os resultados mostraram que a proposta é a inversão da escola colonizante ao trazer os etnoconhecimentos como base para promover a alfabetização e os letramentos indígenas, com o diferencial de não excluir os saberes não indígenas, mas de articulá-los no propósito de fortalecimento da diversidade étnica.
2023	ALVES, Clebson de Oliveira	Objetivo de analisar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos indígenas e os métodos adotados pela escola para tornar sua aprendizagem mais significativa.	Os desafios no processo de alfabetização e letramento dos alunos indígenas Mebêngôkre-Kayapo na E.M.E.F. Marechal Rondon, Zona Urbana de São Félix do Xingu-PA.	A pesquisa qualitativa por meio de levantamento bibliográfico, e entrevistas de professores e alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.	Podemos constatar que a alfabetização e o letramento dos alunos indígenas da Escola Marechal Rondon acontecem de forma descontextualizada. Cabe destacar que a compreensão da língua portuguesa permanece uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas ao buscar escolas urbanas.
2023	LOBO, Natally Ariane Frederichi	Objetivo principal compreender e analisar como ocorre o processo de alfabetização de alunos indígenas da educação pública da cidade de Naviraí/MS	Reflexões acerca da Docência na Alfabetização de alunos indígenas do Município de Naviraí-Ms	Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada com quatro professores alfabetizadores de duas escolas municipais.	Durante a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possível aprender que o professor sempre enfrentará desafios e com isso é de suma importância uma formação adequada e sensível para melhor atender a diversidade cultural e racial existente dentro da sala de aula.

Fonte: De autoria própria (2025)

Os resultados extraídos da tabela acima correspondem a um conjunto de seis estudos, distribuídos em diferentes regiões brasileiras, conforme segue: na região Centro-Oeste, um (1) artigo e uma (1) dissertação, totalizando 2 (duas) produções; na região Norte, duas produções,

sendo um (1) artigo e uma (1) dissertação; na região Sudoeste, uma (1) dissertação; e, na região Sul, um (1) artigo. Não foram encontradas produções da região Nordeste dentro dos critérios estabelecidos.

As pesquisas sobre alfabetização indígena no Brasil predominam metodologias comuns nos estudos culturais, como a *etnografia*, empregada em trabalhos de Gonçalves (2018) e Luciano (2019), que exploram as práticas educacionais no contexto indígena. A *pesquisa qualitativa*, com entrevistas, é adotada por Alves (2023) e Lobo (2023), com foco na coleta de relatos de indivíduos envolvidos no processo de alfabetização. A *análise documental e de campo*, presente no trabalho de Mundoco (2017), examina documentos oficiais e políticas públicas que influenciam a educação indígena no Brasil. Já o estudo de Menezes, Faustino e Novak (2015) utiliza a Teoria Histórico-Cultural para analisar os documentos oficiais e os aspectos da alfabetização indígena no campo da pesquisa.

Entre os principais desafios enfrentados na alfabetização indígena, destaca-se o *conflito linguístico*, caracterizado pelo sobrepujamento da língua portuguesa sobre as línguas nativas, um fator crítico que afeta o processo de aprendizagem (Menezes, Faustino, Novak, 2015; Mundoco, 2017; Alves, 2023). Além disso, há uma *falta de contextualização* nos materiais didáticos, que frequentemente não se conectam com a realidade das comunidades indígenas, dificultando a aprendizagem efetiva (Alves, 2023). Outro obstáculo significativo é a *formação docente insuficiente*, com professores frequentemente despreparados para lidar com a diversidade linguística e cultural presente nas salas de aula indígenas, o que compromete a eficácia do ensino (Lobo, 2023).

Dentre as estratégias para a melhoria da alfabetização indígena, destaca-se o *bilinguismo/multilinguismo*, com Gonçalves (2018) e Luciano (2019), ressaltando a importância de políticas públicas que valorizem as línguas indígenas, garantindo sua preservação e uso no contexto educacional, bem como ressaltam a formação de linguistas acerca do estudo da língua indígena para se pensar num atravessamento didático entre a língua portuguesa oficial e a língua do povo Kaingang no Paraná (Menezes, Faustino, Novak, 2015).

A *interculturalidade* também é apontada como uma abordagem relevante, promovendo a articulação entre saberes indígenas e não indígenas, o que facilita uma educação mais inclusiva e respeitosa às diversas culturas (Luciano, 2019).

Diversas lacunas foram identificadas nas pesquisas sobre alfabetização indígena. Primeiramente, há uma *falta de estudos longitudinais*, uma vez que nenhum estudo avaliou o impacto a longo prazo das propostas de bilinguismo nas comunidades indígenas. Além disso, observa-se uma *escassez de pesquisas quantitativas*, com um predominante uso de abordagens

qualitativas, o que limita a possibilidade de generalizações mais amplas sobre os resultados e desafios da alfabetização indígenas. Nota-se a ausência de estudos interdisciplinares que conjuguem diferentes campos disciplinares que tenha a alfabetização como objeto de intersecção, sendo eles: antropologia, letras e pedagogia.

DISCUSSÕES

O primeiro grande desafio identificado nos estudos é o conflito linguístico, causado pelo ensino descontextualizado e pelo uso inadequado de materiais didáticos (MUNDOCO, 2017; ALVES, 2023). Esse dado revela a necessidade de uma teoria que explique as mediações adequadas entre línguas, muitas vezes com estruturas diferentes. Não é possível ensinar coisas distintas como se fossem iguais, o que requer mais estudos linguísticos para compreender melhor a língua materna dos povos étnicos.

A diversidade de línguas indígenas, em sua maioria orais, ainda carece de uma sistematização escrita, como ocorreu com a língua portuguesa oficial. O ensino de línguas indígenas de maneira fragmentada ou sem um padrão ortográfico estruturado impede o acesso dos povos indígenas a uma educação de qualidade, demandando, portanto, uma formação inicial e contínua para os professores indígenas, com base em sua língua materna (Lobo, 2023).

Outro ponto crítico a ser ressaltado é a insuficiência de estudos linguísticos brasileiros voltados para a sistematização das línguas de diferentes povos étnicos, bem como a descontinuidade de pesquisas de linguistas sobre as línguas orais, especialmente aquelas em risco de extinção. Esses estudos poderiam contribuir para que pedagogos e demais profissionais da educação pensassem em uma mediação didática para o ensino da língua materna.

Podemos mencionar o estudo sobre línguas como o Hahãintesu (Belo, 2021), no qual a maioria dos falantes dessas línguas são idosos, o que coloca em risco a continuidade dessas línguas e, conseqüentemente, a efetivação de um ensino bilíngue sustentável. O referido estudo sobre a sintaxe permitiu compreender os principais tipos de cláusulas verificadas e como os componentes são distribuídos em seu interior. A composição de um quadro dos segmentos vocálicos e consonantais, da sílaba e do suprasegmento tonal, no entanto, foi preliminar e merece maior atenção em uma investigação futura mais aprofundada.

Entendemos a necessidade de pesquisas que problematizem a alfabetização indígena e estabeleçam uma relação suficientemente forte para avançarmos em direção à clareza sobre as mediações necessárias para a alfabetização indígena, numa práxis coesa que articule teoria e prática, sendo que a teoria depende radicalmente da prática. Os problemas de alfabetização,

conforme esboçados pelos estudos, são de ordem prática, e cabe aos cientistas das ciências humanas enfrentarem essa relação de dependência entre teoria e prática, “esclarecendo a prática, tornando-a coerente, consistente, conseqüente e eficaz”. Ambas dependem uma da outra, pois, “sem teoria, a prática resulta cega, tateante, perdendo sua característica específica de atividade humana” (Saviani, 2012, p. 108).

Teorizar sobre a estrutura da língua e explorar outras possibilidades de alfabetização, efetivando a práxis humana, é fundamental, pois “[...] o ato de antecipar mentalmente o que será realizado significa exatamente que a prática humana é determinada pela teoria. Portanto, quanto mais sólida for a teoria que orienta a prática, tanto mais consistente e eficaz é a atividade prática” (Saviani, 2012, p. 109).

A falta de contextualização nos materiais didáticos, que não atendem às realidades culturais e linguísticas dos povos indígenas, prejudica a relevância e eficácia do processo educacional. No entendimento de que utilizar o mesmo material didático das escolas da língua portuguesa oficial na realidade indígena não é adequado, devido à diferença nas realidades sociais, conclui-se que a falta de políticas linguísticas que promovam a valorização das línguas indígenas e o uso de materiais didáticos adequados agrava ainda mais esse cenário.

O ensino contextualizado converge para a necessidade de repensar o método pedagógico, fundamentado em uma abordagem teórico-filosófica lógica que articula diferentes camadas de análise. Assim, em todos os níveis de fundamentação e formulação teórica, optamos pela pedagogia histórico-crítica, que envolve: a filosofia da educação, a teoria educacional e a prática pedagógica, com o intuito de evitar o imediatismo, o produtivismo e a descontextualização latente do ensino.

A ciência, enquanto uma tarefa humana, é afetada pelo condicionamento histórico, o que exige que pesquisadores em alfabetização incorporem uma pedagogia que não se anuncie como neutra, pois a neutralidade não existe enquanto atividade humana. Dessa forma, “o método pedagógico não pode ser pensado como um mero instrumento operacional a ser aplicado na imediaticidade da prática educativa”. Recuperamos aqui a “tradição do materialismo histórico-dialético”, que absorve o “movimento lógico-histórico” no plano do pensamento, entendendo-o como uma possibilidade de “transformação dos objetos e fenômenos da realidade objetiva, em diferentes graus de determinações”, à medida que vai “desnudando suas manifestações aparentes e imediatas da dimensão empírico-fenômeno do real e penetrando no desvelamento da dinâmica das relações e das propriedades internas mais essenciais” (Galvão; Lavoura; Martins, apud Lavoura, 2020, p. 108).

É imperativo desnudar a falta de contextualização, o material didático inadequado e a realidade linguística das diferentes etnias, imergindo na dimensão empírico-fenomênica das relações sociais, com o objetivo de desvelar a dinâmica das interações entre as línguas orais e a língua portuguesa oficial. Esse processo deve buscar a didatização do ensino da escrita, levando em conta as especificidades de cada etnia.

Notamos a necessidade de transformar o saber elaborado em saber escolar, e a pedagogia, enquanto ciência, precisa enfrentar sua própria natureza. “A questão central da pedagogia é a questão dos métodos, dos processos” (Savianni, 2013, p. 65). Assim, é necessário movimentar os estudos no campo da linguística para conhecer, sistematizar e divulgar a estrutura das línguas orais étnicas, de forma que, a partir da tríade conteúdo, forma e destinatário, “[...] nenhum desses elementos, esvaziados das conexões que os vinculam, pode, de fato, orientar o trabalho pedagógico” (Martins, 2013, p. 297), permitindo, dessa forma, uma reflexão aprofundada sobre o ensino tanto da língua materna quanto da língua oficial portuguesa.

Por fim, observa-se uma sub-representação de etnias e regiões nos estudos, que frequentemente se concentram nas regiões Norte e Nordeste (no estudo linguístico) e em grupos como os Baniwa e Kayapó (Gonçalves, 2018), enquanto não atendem outras etnias e regiões com línguas em risco, como os Hahãintesu (Belo, 2021), sem continuidade nas pesquisas.

Em termos de estratégias, a proposta central é a implementação de um ensino bilíngue e multilíngue, conforme sugerido por Gonçalves (2018) e Luciano (2019), com a valorização das línguas indígenas por meio de políticas linguísticas que incentivem a sistematização de sua escrita. A interculturalidade, que implica na articulação entre saberes indígenas e não indígenas, configura-se como uma estratégia essencial para a construção de um currículo mais inclusivo, que respeite as culturas e línguas locais.

Essas estratégias, quando implementadas de forma coordenada e com o apoio de políticas públicas eficazes, podem ajudar a reduzir os desafios mencionados anteriormente e melhorar o processo de alfabetização bilíngue nas comunidades indígenas.

Entretanto, ainda existem lacunas significativas na pesquisa sobre alfabetização indígena. A ausência de estudos longitudinais é uma das maiores limitações, já que não há avaliações que considerem o impacto a longo prazo das políticas e práticas bilíngues nas comunidades indígenas. Além disso, a escassez de estudos quantitativos limita a possibilidade de generalizações e comparações mais amplas sobre o impacto da alfabetização bilíngue nas diferentes etnias.

Essas lacunas indicam a necessidade urgente de mais pesquisas que articulem a alfabetização indígena com a linguística, visando promover uma melhor compreensão das línguas indígenas, suas estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, e como essas línguas podem ser sistematizadas de maneira eficaz para o ensino. Além disso, é imprescindível que mais pesquisadores indígenas sejam incorporados aos estudos, pois são as próprias comunidades indígenas que detêm o conhecimento e a experiência necessários para contribuir para o desenvolvimento de modelos pedagógicos que respeitem as especificidades de suas línguas e culturas. Se a realidade fosse tal como se apresenta, não seria necessária a ciência para explicar os fenômenos em sua totalidade.

O direito à educação bilíngue está formalmente garantido por marcos legais, mas, ao analisarmos a efetivação desse direito, surgem numerosos obstáculos. Como alerta Sawaia (2011), a "inclusão perversa" revela um processo complexo e multifacetado de exclusão que se oculta sob a garantia legal. Esse conceito descreve como, apesar de garantido legalmente, o direito à educação bilíngue pode ser distorcido ou mal implementado, resultando em uma forma de exclusão sutil, mas igualmente danosa. Esse fenômeno é perceptível nas comunidades indígenas, que relatam que a língua portuguesa continua sendo um dos maiores obstáculos à sua educação. A falta de uma verdadeira interculturalidade e a sobreposição da língua portuguesa sobre as línguas indígenas são características de um processo educacional que, embora garantido legalmente, falha em sua implementação prática.

Para garantir que o direito à alfabetização indígena não se transforme em um processo de inclusão perversa, é necessário repensar o ensino bilíngue sob novas perspectivas. Isso implica envolver linguistas e pedagogos em um esforço colaborativo, focado no estudo das línguas indígenas e na criação de modelos pedagógicos que integrem o letramento em língua portuguesa com o ensino das línguas maternas de forma sistemática e culturalmente relevante. Belo (2021) sugere que investigações mais aprofundadas sobre a morfossintaxe das línguas indígenas podem contribuir para a elaboração de material didático mais eficaz, respeitando as especificidades de cada grupo.

Estudos de Menezes, Faustino, Novak (2015), Mundoco (2017), Gonçalves (2018), Luciano (2019), Alves (2023) e Lobo (2023) têm demonstrado a importância de um ensino bilíngue que não apenas ensine a língua portuguesa, mas também reforce a identidade étnica dos povos indígenas e seus saberes culturais. A criação de materiais didáticos bilíngues, a formação continuada de professores indígenas e o incentivo ao uso de tecnologias educacionais podem ser pilares fundamentais para garantir que o direito à educação bilíngue se efetive de forma justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão de escopo evidenciou que, apesar dos avanços legais e teóricos, a alfabetização indígena no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos, como o conflito linguístico, a descontextualização dos materiais didáticos e a formação insuficiente de professores. Os estudos analisados destacam a importância do bilinguismo e da interculturalidade como estratégias centrais, mas revelam uma produção científica limitada, com poucas pesquisas longitudinais e quantitativas, além da concentração em determinadas etnias e regiões.

Os estudos revelam que, até o momento, tem-se buscado a transposição didática da alfabetização por meio do letramento (perspectiva oficial), ignorando parcialmente ou completamente a estrutura da língua oral e/ou escrita dos povos étnicos, em razão da ausência de estudos linguísticos que sistematizem a escrita das línguas indígenas. Sem tais estudos, não é possível, como ocorre com a língua portuguesa oficial, organizar algo próximo de uma gramática que confere estabilidade à língua materna escrita.

Assim, entende-se que primeira medida a ser adotada é buscar a estabilidade da língua materna e, conseqüentemente, de sua escrita. A segunda medida envolve a criação de uma teoria pedagógica que estabeleça uma relação sólida entre a escrita (currículo), a forma (didática) de mediação pedagógica e o destinatário (os povos indígenas), de modo a cooperar na produção de materiais didáticos que integrem a ancestralidade dos povos étnicos, atualizada pelo desenvolvimento (humanização), permitindo a incorporação dos direitos sociais e o usufruto desses direitos enquanto cidadãos brasileiros.

Como direcionamentos futuros, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para avaliar o impacto das práticas bilíngues ao longo do tempo, bem como a construção de redes colaborativas entre universidades, comunidades indígenas e órgãos governamentais. A verdadeira efetivação do direito à educação indígena exige mais do que o cumprimento de normas; demanda uma transformação estrutural, inclusive com relação ao financiamento de pesquisas que abracem a interdisciplinaridade de diferentes campos científicos (pedagogos, antropólogos e linguistas) que reconheça as línguas e os saberes indígenas como fundamentos indispensáveis do processo educativo. Somente assim será possível superar as barreiras históricas e promover o desenvolvimento do gênero humano na direção da emancipação dos povos étnicos.

REFERÊNCIAS

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

ALVES, Clebson de Oliveira. Os desafios no processo de alfabetização e letramento dos alunos indígenas Mebêngôkre-Kayapo na E.M.E.F. Marechal Rondon, Zona Urbana de São Félix do Xingu-PA. 2023. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BRAUN, V.; CLARKE V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol* 2006; 3(2):77-101.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Parâmetros Curriculares Nacionais.. Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.

GONCALVES, Augusto Garcia. Processos de alfabetização e letramento na educação escolar indígena Baniwa e Koripako. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade de Brasília, DF, 2018.

LOBO, Natally Ariane Frederichi. Reflexões acerca da Docência na Alfabetização de alunos indígenas do Município de Naviraí-Ms. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2023. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7253>

LUCIANO, R. R. d. F. Ação saberes indígenas na escola: Alfabetização e letramento com conhecimentos indígenas? 2019. <http://lattes.cnpq.br/1083175612574901>. (2019).

MARTINS, L. M. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARX, Karl. O capital, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENEZES, M. C. B.; FAUSTINO, R. C.; NOVAK, M. S. J. Alfabetização e Aprendizagem da Língua Materna Como Língua Estrangeira em Escolas Indígenas no Paraná. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 20, n. 46, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/22047>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MUNDOCO, Rosiléia de Oliveira. O bilinguismo como elemento de reafirmação da etnocultura na educação escolar da aldeia indígena Tekrejarôtire. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado em

Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

PETERS, M. D. J. et al. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBI Evidence Synthesis*, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020.

SAVIANI, D. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

TRICCO, A. C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.